



Observatórios de mídia: discussão sobre os dispositivos sociais de crítica midiática no campo da saúde pública

Media observatories: discussion on social media criticism devices in the area of public health

Observatorios de medios: discusión sobre los dispositivos sociales de crítica mediática en el campo de la salud pública

Lílian Claret Mourão Bahia

- Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)
- Especialista em Comunicação e Planejamento Estratégico pela PUC-Minas
- Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela PUC-Minas
- Professora nos cursos de Comunicação Social, Administração de Empresas, Marketing e Pedagogia da PUC-Minas
- No mercado jornalístico tem experiência em jornais impressos diários, assessorias de comunicação, programas radiofônicos
- Autora da obra *Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública*
- E-mail: lilianbahia@gmail.com

Maria Ângela Mattos

- Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)
- Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), nos cursos de mestrado e graduação
- Coordenadora adjunta do colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Minas
- Supervisora do Centro de Pesquisa em Comunicação da PUC-Minas
- Organizadora do livro *Mediação & midiatização*
- Atua na área de comunicação, com ênfase em teorias e epistemologia da comunicação
- E-mail: mattos.maria.angela@gmail.com



Resumo

Este artigo discute o papel dos observatórios de mídia em geral e da saúde em particular, para a melhoria do tratamento jornalístico de matérias sobre a temática. Avalia sua relevância para o debate sobre as políticas e ações de comunicação na saúde pública no Brasil. Buscas na internet revelam diversidade de observatórios voltados à saúde e outros que incluem a temática em seu conteúdo. Apenas o Observatório de Saúde na Mídia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dedica-se integralmente a essa interface. Daí a importância de ampliar o alcance desses observatórios na esfera pública para exercer monitoramento sistemático das informações sobre saúde veiculadas na mídia.

PALAVRAS-CHAVE: OBSERVATÓRIO DE MÍDIA • OBSERVATÓRIO DE SAÚDE NA MÍDIA • POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E DE SAÚDE PÚBLICA

Abstract

This article discusses the role of media observatories in general and of health observatories in particular to improve the journalistic treatment of news related to the theme. It evaluates its relevance to the debate about the policies and actions of communication in public health in Brazil. Internet search reveals the diversity of health oriented observatories and others that include the topic in their contents. Only the Health Observatory in Media of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) focuses entirely on the subject. Hence the importance of broadening the scope of such observatories in public sphere to put in practice systematic monitoring of health information published in media.

KEYWORDS: MEDIA OBSERVATORY • HEALTH OBSERVATORY IN MEDIA • COMMUNICATION AND PUBLIC HEALTH POLICIES

Resumen

Este artículo discute el papel de los observatorios de medios de comunicación en general y de la salud en particular, para mejorar el tratamiento periodístico de materias sobre el tema. Evalúa su relevancia para el debate sobre las políticas y acciones de comunicación en la salud pública en el Brasil. Las búsquedas en internet revelan la diversidad de observatorios dedicados a la salud y otros que incluyen el tema en su contenido. Sólo el Observatorio de la Salud en los Medios de la Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz) se dedica integralmente a esa interfaz. De ahí la importancia de ampliar el alcance de estos observatorios en la esfera pública para ejercer un control sistemático de las informaciones sobre la salud difundidos en los medios de comunicación.

PALABRAS CLAVE: OBSERVATORIO DE MEDIOS • OBSERVATORIO DE LA SALUD EN LOS MEDIOS • POLÍTICAS DE COMUNICACIÓN Y DE SALUD PÚBLICA



O propósito deste artigo é realizar uma discussão preliminar sobre o trabalho dos observatórios de mídia em geral e especialmente os da saúde. Procura-se avaliar o significado e a importância desse instrumento para monitoramento, interpretação e crítica das informações sobre saúde veiculadas na mídia e suas possíveis contribuições para a melhoria do tratamento jornalístico acerca da questão. Uma busca exploratória sobre o assunto na internet¹ revela certa diversidade de observatórios voltados à saúde e outros que a incluem em seu conteúdo. Apenas o Observatório Saúde na Mídia, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), acompanha e avalia sistematicamente a cobertura midiática sobre o assunto.

A questão carece de reflexão sobre a necessidade de ampliar o alcance dos observatórios de saúde, com vistas a obter maior efetividade junto aos órgãos e agentes públicos da saúde, aos movimentos organizados da sociedade civil e às instituições midiáticas. Diante do exposto, algumas questões se levantam. Quais as linhas editoriais dos observatórios na área da saúde existentes no Brasil? Que princípios e estratégias pautam suas ações sobre a cobertura midiática da saúde? Em que medida tais ações exercem interferência qualitativa na cobertura midiática sobre o tema?

A perspectiva deste texto é articular o campo da comunicação ao da saúde, sem perder de vista que a questão central a ser analisada é o trabalho desenvolvido pelos observatórios de saúde e o seu potencial de interferir na cobertura midiática, gerando também conteúdos e interpretações relevantes para serem objetos de tal cobertura. A importância dessa discussão reside na percepção de que os observatórios de saúde podem funcionar como dispositivos sociais de interlocução e intervenção em diferentes esferas da comunicação, desde os âmbitos setoriais aos espaços midiáticos mais amplos. Como ressaltam José Edgard Rebouças e Patrícia dos Santos Cunha (2009), ao tomar parte da experiência de reflexão e proposição na formulação das políticas públicas, os observatórios de mídia podem estimular a tomada de consciência e a participação política em outros campos de interesse.

O artigo está estruturado em dois tópicos de discussão. O primeiro aborda a constituição, os princípios e as experiências dos observatórios de mídia no Brasil e aproximações preliminares com o campo da saúde. O segundo traça breve panorama dos observatórios de saúde e aponta suas limitações e seus potenciais para atuar como dispositivos de crítica da cobertura midiática do tema. A conclusão aponta para a necessidade de, mais do que veicular informações sobre a saúde em seus próprios meios, esses observatórios têm como desafio construir instrumentos eficazes de enfrentamento, vigilância e monitoramento das práticas midiáticas.

¹ A pesquisa, realizada em março de 2012, perpassou os seguintes observatórios: www.observatorios.com.br; www.observatoriodemidia.org.br; www.observasaude.fundap.sp.gov.br; www.observatoriodasaude.ufsc.br; www.esp.rs.gov.br/observatoriorh/; www.saude.mg.gov.br; www.fiocruz.br/icict; www.ufpe.br/observatorio.



CONSTITUIÇÃO E FUNDAMENTOS DOS OBSERVATÓRIOS DE MÍDIA

Historicamente, é importante situar que o surgimento dos observatórios de mídia em diversas partes do mundo decorreu, segundo Luiz Gonzaga Motta (2008, p. 30), “do excessivo centralismo da mídia, da parcialidade, omissão e superficialidade de conteúdos”. No caso brasileiro, eles representam crescente conscientização dos atores sociais sobre o distanciamento da indústria cultural e informativa, tanto em relação aos valores jornalísticos quanto aos problemas do país, o que gerou a busca de alternativas para se contrapor a “esse relativo alheamento da mídia”.

Não há como abordar os observatórios de mídia no Brasil sem falar da influência que os grandes veículos de comunicação exercem na vida da população. Sabe-se que a distribuição desigual do controle dos meios de comunicação cria escudo intransponível e impede o acesso das organizações civis aos meios de comunicação, o que torna, na prática, a concessão pública em quase licença para sua utilização em prol de interesses privados e corporativos. Daí a importância dos observatórios de mídia para monitorar, questionar, neutralizar o poder dos grandes grupos e até mesmo, se for o caso, apontar alternativas de cobertura de questões de interesse público.

É a grande mídia que pauta os assuntos discutidos pela população e é por ela que circulam informações e concepções de mundo, como apontam Rogério Christofolletti e Luiz Gonzaga Motta (2008, p. 11): “A noção mais próxima que temos de realidade é construída muito fortemente pelos meios de comunicação”. Nessa perspectiva, a democratização da comunicação torna-se essencial e os observatórios de mídia, bem como os ombudsmen e outras instâncias de crítica e interpretação, contribuem para o avanço da democracia e a pluralidade de expressões e vozes.

Nesse contexto florescem expressões que refletem reações da sociedade e seu desejo de não mais se manter passiva. Uma delas, *accountability*, exprime, na visão de Frederick Mosher (apud Halliday 1994, p. 102), a “responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo”. Já para Valdir de Castro Oliveira (2007a), *accountability* deve ser entendida como processo em que os cidadãos ou as organizações sociais cobram responsabilidades das autoridades e das instituições públicas ou de caráter público, como também podem interferir na condição e definição dos interesses comuns da sociedade.

A expressão *mediacriticism*, ou crítica da mídia, surge do aprofundamento do conceito de “meios para assegurar a responsabilidade social da mídia” (Mars), desenvolvido por Claude-Jean Bertrand e Rogério Christofolletti. Trata-se de meios não-estatais que funcionam como dispositivos de observação sistemática da mídia: “São observadores, críticos, vigilantes ou monitores e devem ter como função prioritária ampliar a participação ativa do público, fazendo com que a imprensa se volte a si mesma e se torne mais responsável frente ao seu público” (Christofolletti, 2003, p. 31).



Oliveira (2007b, p. 72) evidencia o surgimento de novos dispositivos de controle público ou social que consistem na “capacidade da sociedade de manter sob seu controle o Estado, o mercado e as instituições públicas e privadas, enquanto instâncias detentoras e concentradoras de poder”. Ao apontar a dependência do controle público em relação à mídia, o autor reconhece que sociedades nas quais imperam desigualdades sociais e econômicas são ameaçadas pelas relações autoritárias de poder e somente contam a seu favor com a capacidade da organização civil.

Na área da saúde, o controle social passou a demandar a participação da sociedade no processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período inicial da redemocratização do país, por meio da chamada via conselhistas, que se tornou emblemática da luta pela transparência da gestão pública. Na avaliação de Inesita Araújo e Katia Lerner (2010, p. 3), o termo controle social é caro ao campo da saúde e consiste na “forma privilegiada de concretização do princípio organizativo da participação”, especialmente por ser exercido a partir de instituições como os conselhos de saúde nos níveis municipal, estadual e federal.

Mas, se a mídia é uma forma de controle público, quem controla a mídia? Essa questão nos remete às especificidades dos observatórios de saúde, o que não impede de desenvolver reflexão mais ampla sobre os observatórios de mídia, vez que esses refletem movimento mundial que já abala o “confortável” universo do “quarto poder”, exercido pela mídia. Se até agora somente ela não dispunha de um contrapoder que também a vigiasse, começa a surgir em todas as regiões do mundo o chamado “quinto poder”, o poder da sociedade.

Além de a mídia ser instrumento central na vida social, não se pode permitir, porém, na perspectiva de Motta, que o conteúdo da indústria informativa e cultural fique “sob o controle dos proprietários e dos profissionais dos meios de comunicação apenas. Precisa ser compartilhado e corresponder melhor aos interesses coletivos”. Em sua perspectiva,

começa a consolidar-se a ideia de que a sociedade civil organizada pode criar mecanismos de pressão sobre a mídia longe do Estado e mais longe do mercado. E criar meios de comunicação públicos, sem o controle do Estado nem a submissão aos índices de audiência apenas (Motta, 2008, p. 23).

A relevância do presente estudo é reforçada ainda pelo fato de os observatórios de mídia terem surgido a partir da constatação de que a indústria cultural e informativa não responde às demandas da sociedade civil, pois, como esclarece Motta (2008, p. 23) “é demasiado acomodada, oficialista, superficial. (...) Por isso, precisa mudar”. O autor acrescenta que a sociedade e seus grupos organizados “saem da passividade de receptores ou do conformismo da profissão para influir nos conteúdos”, como forma de “exigir mais pluralismo e isenção”. Esta é também a perspectiva de José Luiz Braga (2006), para quem a sociedade se organiza para tratar a mídia a partir de dispositivos sociais com diferentes graus de institucionalização e interação com o produto que ela circula. Entre as ações e os processos de interação desenvolvidos por tais dispositivos, destacam-se:

crítica (interpretações e objeções interpretativas, seleções qualitativas), retorno (*feedback*, retroalimentação do sistema de produção, indicações para revisão, criação, redirecionamentos, construção de gêneros); militância social (crítica-ação, processos sociais de uso da mídia a serviço de posição e argumentos políticos e ideológicos); controle da mídia, *mediacriticism*, *media accountability systems*, processos sociais de enfrentamento e controle da mídia, de seus poderes, de seu papel social; e sistematização de informações ou processos organizados de classificação, organização e disponibilização de acervos (Braga, 2006, p. 38).

Na perspectiva desse autor, a abrangência dos processos midiáticos não se esgota nos subsistemas de produção e recepção, razão pela qual ele propõe o “sistema de resposta social” (SRS), que compreende atividades de resposta produtiva e direcionada da sociedade em interação com os produtos midiáticos, em oposição à visão informacional, unidirecional e fragmentada da comunicação. A parte dinâmica de tal sistema é composta por processos e dispositivos sociais reunidos em trabalhos críticos sobre processos midiáticos. Braga (2006, p. 45) entende que esses trabalhos se voltam “para a produção midiática e seus produtos em termos de enfrentamento tensional que resulte em crítica interpretativa ou em controle de desvios e equívocos midiáticos”.

A crítica midiática abrange a acadêmica e a jornalística, mas não se esgota nesses âmbitos, já que é feita também por inúmeros atores e instituições sociais. Nesse sentido, o autor considera que a crítica especializada não prevalece sobre outros tipos de comentários sociais nem substitui as “falas de rua”, provenientes de diferentes lugares – institucionais ou não. Diz Braga (2006, p. 59):

Um terceiro âmbito de elaboração crítica é o dos setores sociais preocupados com uma elevação geral da qualidade dos processos de benefício da sociedade. Podemos referir os diversos setores da sociedade civil que reiteradamente vêm a público para criticar determinados excessos televisuais e reivindicar redirecionamentos (...). Percebemos, entretanto, que esse direcionamento crítico (...) raramente dispõe de instrumentos adequados a algum tipo de efetivação.

A despeito da insuficiência do direcionamento crítico, atores ligados a esse terceiro âmbito dão sinais de que não mais se encontram passivos e propõem diálogos com a mídia. Segundo Cristofolletti e Motta (2008, p. 12), “a sociedade se mobiliza para ler mais criticamente a mídia, para consumir informações de forma mais criteriosa e preocupada”.

Pesquisa realizada pelo Observatório da Mídia Regional, da Universidade Federal de Pernambuco (Rebouças; Cunha, 2008), com 77 observatórios em 23 países, constatou que 64 deles justificam sua existência a partir de princípios democráticos. Na América Latina, esse estudo mapeou 31 observatórios de mídia, sete dos quais localizados no Brasil com alcance local, regional e nacional. O mais antigo deles é o Observatório da Imprensa, do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), projeto original de 1967, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Existem outras experiências brasileiras sobre o exercício de crítica da mídia se destacam, como Coluna do *Ombudsman*, da *Folha de S.Paulo*; Observatório da Imprensa; Mídia em Pauta, programa semanal da TV Comunitária de Belo Horizonte. Destacamos também, dentre outros, o semanal Rede Mídia (Rede Minas de Televisão); a Coluna do Leitor (jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre), com o diferencial de os comentários serem feitos exclusivamente pelos leitores; o *site* Ética na TV – Campanha “Quem financia a baixaria”; e a revista *Bravo*, com críticas jornalísticas aos programas televisivos.

Ao ancorar a relevância de tais mecanismos de crítica midiática novamente recorre-se a Araújo e Lerner (2010), para quem os observatórios de mídia constituem, “ao lado de outras iniciativas da sociedade, como a leitura crítica da comunicação, movimentos no sentido de exercer maior conhecimento sobre o fenômeno e as práticas midiáticas, possibilitando o exercício de uma ação efetiva sobre as mesmas”. Assim, na avaliação de Motta (2008, p. 21), os observatórios surgem

como uma resistência ao excessivo centralismo e impermeabilidade da indústria cultural e informativa. No caso dos observatórios, trata-se de uma reação, mais que uma ofensiva. Uma contraposição, mais que um ataque. Um movimento que está condicionado pelas ações dos adversários, mais que pelas próprias iniciativas. Uma defesa contra abusos, equívocos, baixarias, acusações injustas ou exageradas, julgamentos públicos antecipados e outros desatinos éticos praticados com frequência pela indústria cultural sem que ela pague a pena correspondente aos exageros cometidos.

Para o autor (2008), os observatórios necessitam ir além, ou seja, ter objetivos políticos e profissionais que os coloquem afinados com os movimentos da sociedade civil e com suas demandas de mudanças sociais e midiáticas. Tal reflexão nos aproxima do foco deste artigo, especialmente num contexto de redemocratização da saúde pública implantada pelo SUS, entre outras questões de interesse público, conforme enfatiza a citação a seguir:

Como nas resistências históricas, há algo de justicialista e idealista nos observatórios. Eles surgem de engajamentos espontâneos, reações instintivas e voluntaristas, vinculados ou não a movimentos sociais. (...) Quase todos os observatórios contam com profissionais inconformados que reagem contra o excessivo centralismo da mídia (Motta, 2008, p. 21-22).

Essa linha de raciocínio nos leva a examinar, na sequência, os observatórios de saúde, que, embora sejam iniciativas relativamente recentes, despertam interesse em profissionais e instituições dos dois campos de conhecimento, de segmentos sociais e da sociedade como um todo.



OBSERVATÓRIOS DE SAÚDE

Importante aspecto a ser destacado, na pesquisa exploratória sobre os observatórios de saúde no Brasil disponíveis na internet, diz respeito à diversidade de modalidades, objetivos, âmbitos de atuação e atores sociais envolvidos, sejam eles organizadores ou usuários/beneficiários dos produtos e serviços fornecidos pelos mesmos. Além disso, mais do que em outras áreas também importantes para a sociedade e o seu desenvolvimento, a da saúde desperta interesse por abordar não apenas as questões relativas a doenças, mas também à prevenção delas e por ser tão próxima à vida e à morte. É temática cara à população e desperta crescente interesse.

Para efeito da discussão proposta neste artigo, selecionamos uma pequena amostra desse tipo de observatório, considerando os seguintes critérios: natureza da instituição responsável (pública ou privada, incluindo o terceiro setor), estado ou região de atuação, categorias de usuários/beneficiários, objetivos e áreas de atuação, entre outros aspectos que indicam a heterogeneidade de propostas e ações desenvolvidas pelos observatórios de saúde.

Diante de tal heterogeneidade, indaga-se qual a capacidade dos observatórios de saúde para atuar como mediadores da interlocução entre os órgãos públicos e os diversos setores da sociedade. Os observatórios na área estão voltados a atuar como representantes do quinto poder? Eles objetivam produzir e veicular matérias mais qualificadas sobre a saúde, criticar a cobertura da mídia ou vão mais além, propondo alternativas ao conteúdo e formato editoriais de matérias e campanhas educativas veiculadas nos meios de comunicação? Tais indagações são fundamentais para nortear a discussão sobre esses observatórios, brevemente caracterizados a seguir.

Os observatórios de saúde refletem a necessidade de, mais do que difundir, debater e analisar informações relativas à saúde pública, criar mecanismos de pressão para a implantação de políticas e serviços públicos adequados à população em geral e a categorias profissionais específicas, bem como promover ações educativas de prevenção e controle de agravos. A seguir, apresentam-se os principais observatórios.

Criado em meados de 2008, o Observatório de Saúde na Mídia, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é coordenado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde dessa instituição. Objetiva analisar criticamente os sentidos de saúde postos em circulação pelos meios de comunicação e contribuir para a luta pela democratização da comunicação na sociedade em geral e na saúde em particular e divulgar os resultados no âmbito do SUS (Araújo; Lerner, 2010). Sua criação foi antecedida por pesquisa realizada entre 2003 e 2007, que avaliou a comunicação na prevenção da dengue a partir de monitoramento. Um dos primeiros trabalhos desse observatório foi o acompanhamento diário dos seguintes periódicos impressos: *O Globo* e *O Dia*, do Rio de Janeiro; *Folha de S.Paulo* e *Jornal da Tarde*, de São Paulo; *Correio Brasiliense*, de Brasília; e *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*, do Recife. O trabalho incluiu ainda os telejornais



Jornal Nacional (Rede Globo) e *TV Repórter Brasil* (TV Brasil), além dos telejornais locais do Rio de Janeiro, de Brasília e do Recife.

O Observatório Saúde dos Trabalhadores foi criado em 2008 pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, por meio de uma ação integrada à Fiocruz. Segundo o *site* do órgão, ele visa “recompilar, analisar e difundir informações para se conhecer os problemas de saúde do trabalhador, a evolução das situações demandadas e as respostas oferecidas pelo Estado ao movimento sindical”.

O Observatório da Saúde é ferramenta da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina para facilitar o acompanhamento das e reflexão sobre as organizações de cuidado da saúde. A expectativa é que ele “reúna, organize e ofereça referências que potencializem sua avaliação, administração e uso dos cuidados da saúde”. O observatório mantém uma lista de discussão e *links* para informações das operadoras, resultados de serviços prestados, demonstrações financeiras, contratos e preços, entre outros tópicos.

Já o Observatório de Saúde de Minas Gerais, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, é constituído por informações selecionadas pela sua relevância e disponibilizadas *online* para análise de situação do setor e acompanhamento do desenvolvimento de ações de prevenção e controle de agravos. Sua missão é formular, regular e fomentar as políticas de saúde de Minas Gerais, de acordo com as necessidades da população, assegurando a aplicação dos princípios do SUS.

O Observatório Saúde do Trabalhador do Estado do Paraná objetiva divulgar indicadores de saúde para a construção de um sistema de vigilância e de acompanhamento sobre os agravos à saúde dos servidores e ao meio ambiente. Publica indicadores de impacto, de gestão e de avaliação da qualidade e cobertura da atenção integral à saúde desse público, além de incentivar a troca de experiências entre os profissionais da área, pesquisadores e o movimento sindical.

A Estação de Trabalho da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde, de Porto Alegre (RS), configura-se como organização sociogovernamental voltada para a construção de conhecimentos, produção e difusão de projetos e pesquisas, bem como para subsidiar políticas públicas. Seu foco são os recursos humanos em saúde. A rede disponibiliza *links* que permitem acesso a informações sobre leis e portarias, publicações, projetos, notícias, eventos, histórico, entre outras.

O Observatório de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo é uma iniciativa conjunta do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Tem como entidade gestora a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e realiza parcerias com a Organização



Pan-Americana da Saúde (Opas), a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme²). O órgão é estruturado por eixos de observação: condições de vida e saúde; capacidade instalada; financiamento e gastos; força de trabalho; gestão do conhecimento; e participação e controle do SUS.

A partir dessa breve descrição dos observatórios de saúde, percebe-se que a maior parte não tem como escopo a preocupação em monitorar a cobertura da mídia sobre saúde e discutir como se dá o diálogo entre os jornalistas/veículos de comunicação e suas fontes, muito menos contribuir para aprimorar a cobertura midiática sobre a saúde pública. Assim, entre os sete observatórios examinados, apenas o da Fiocruz tem por finalidade analisar como a mídia cobre a saúde. Os outros direcionam suas ações para intervir nas políticas públicas, como é o caso, principalmente, das iniciativas existentes no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, não são observatórios de mídia sobre a saúde, mas observatórios de saúde voltados exclusivamente para questões específicas do setor. Tal constatação nos remete ao questionamento de Braga (2006), segundo o qual os esforços críticos dos setores sociais são insuficientes e raramente dispõem de instrumentos adequados de efetivação.

Trata-se de uma situação preocupante, que merece atenção e estudo mais cuidadoso, principalmente diante das análises e interpretações contidas no Dossiê Saúde, produzido pelo Observatório da Imprensa em maio de 1997, destacando que os dois lados, comunicação e saúde, devem fazer seu mea-culpa. De acordo com o documento, a reflexão permanece atual, pois é comum surgirem graves e, às vezes, irreversíveis erros, resultantes de entrevistas mal feitas, informações equivocadas advindas de imprecisão e da inexperiência de médicos e jornalistas. São frequentes, ainda, apurações incorretas e sem conferência, manipulação de fontes, jogos de interesses corporativos, superficialidade, despreparo de médicos para lidar com a imprensa e jornalistas mal formados e apressados, entre outros problemas.

Constata-se também que, embora se mostre necessária, a interseção entre esses dois campos apresenta inúmeras dificuldades e insatisfações por parte dos agentes públicos de saúde com a cobertura da mídia sobre questões relativas aos problemas da área, à medida que são pressionados não apenas por seu envolvimento com a população, mas também pelas carências de informação da própria sociedade.

² Sigla mantida de sua denominação original: Biblioteca Regional de Medicina. Vinculado à Universidade de São Paulo, é um organismo internacional, que faz parte da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).



Para Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007), um dos principais desafios da interação entre essas áreas encontra-se justamente na rotina diária na qual os atores se ressentem da dificuldade de serem ouvidos e de se manifestarem. Nesse sentido, as autoras defendem que a comunicação tem relevante papel na mediação, com potencial para contribuir para o incentivo à circulação de informações e para o processo comunicativo dos órgãos competentes da área da saúde e das empresas de comunicação com a população.

Esse é o contexto em que a mídia se coloca como agente autorizado a não somente agendar os assuntos a serem debatidos pela sociedade, mas também enquadrar olhares e interpretações sobre as questões de interesse dos cidadãos e, entre elas, as relativas à saúde. Christofolletti (2008, p. 91) entende que tais olhares são influenciados antes pela mediação da mídia, pois é evidente “que não são os fatos em si que chegam ao cidadão, mas os relatos que os substituem, que os marcam, que os carimbam na memória social”. Por essa razão “e se o homem lê o mundo pela mídia, é preciso revisar sob que condições tal tradução é feita. Um primeiro passo é lançar um novo olhar mais atento às práticas da mídia, desconfiando delas, cismando com seus sentidos esculpidos”, reforça.

Tais reflexões nos levam a Murilo César Ramos Ramos (1995, p. 78), para quem uma das principais características de nosso tempo é a possibilidade de produzir, processar e distribuir informações de maneira acelerada. O autor nos lembra que os meios de comunicação, na contemporaneidade, não são utilizados apenas por profissionais da área, enfatizando que “fazer política de comunicações é (...) atributo também do profissional da saúde”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da discussão sobre a interface entre comunicação e saúde e, em particular, sobre os dispositivos sociais de crítica midiática no campo da saúde pública, impõe-se como desafio ver a comunicação como instância de produção a ser agenciada não apenas por jornalistas, publicitários, relações-públicas, entre outros especialistas em comunicação, mas também por profissionais de outros campos de conhecimento. Isso implica concebê-la como bem público voltado para o desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos indivíduos e das coletividades, além de ser essencial para o desenvolvimento e a articulação de políticas públicas nas áreas da comunicação e da saúde.

Com base no exposto, ressalta-se a importância de os observatórios de saúde se transformarem em arenas de discussão sobre a cobertura jornalística de conteúdos relativos ao setor, bem como de reivindicar das empresas midiáticas informação de qualidade para atender às demandas da sociedade. Como salienta José Luiz Braga, esses setores sociais precisam criar dispositivos mais eficazes de enfrentamento, vigilância e monitoramento críticos das práticas midiáticas, ou



seja, um sistema de resposta social capaz de corrigir seus desvios e equívocos de ordem ética, política, social e profissional.

Entretanto, não basta à sociedade e a seus diversos atores sociais, em particular os observatórios de mídia e de saúde, apenas receber, compreender e criticar as informações veiculadas na mídia. É preciso também criar mecanismos de diálogo e participação ativa dos cidadãos na implantação de políticas públicas de comunicação e de saúde. Novamente aí fica evidente a importância da ação dos observatórios de mídia sobre saúde, como o da Fiocruz, que pode servir como referência para alavancar novas experimentações de observação social das práticas midiáticas no campo da saúde pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares de; LERNER, Katia. Saúde na mídia: um observatório, uma metodologia, muitos sentidos. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, X – ALAIC 2010, Bogotá (Colombia), 22 a 24 set. 2010. *Anais...* Bogotá: Alaic, 2010.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BAHIA, Lílian Claret Mourão. *Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Monitores de mídia: como o jornalismo catarinense percebe os seus deslizes éticos*. Itajaí: Univali, 2003.

_____. Ver, olhar, observar. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Observatórios da mídia: olhares de cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). Introdução. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). *Observatórios da mídia: olhares de cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.

HALLIDAY, Tereza. Retórica e política. In: MATOS, Heloiza (Org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.

MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). *Mediação & midiatização*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Observatórios de mídia: olhares de cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.



OLIVEIRA, Valdir de Castro. Resenha do livro Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde, organizado por Simone Monteiro e Eliane Vargas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 5, n. 2, p. 339-344, jul. 2007a.

_____. Mídia, controle público e cidadania. In: *Mídia e Saúde Pública – Comunicação em Saúde pela Paz*. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, 2007b. p. 71-79.

_____. Mídia, informação e controle público. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG, VIII, Belo Horizonte, 2005. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2005.

RAMOS, Murilo César. Saúde, novas tecnologias e políticas públicas de comunicação. In: PITTA, Áurea M. da Rocha (Org.). *Saúde & comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: Hucitec / Abrasco, 1999.

REBOUÇAS, José Edgard; CUNHA, Patrícia dos Santos da. *Análise dos observatórios de mídia brasileiros como instrumento de controle público*. Relatório de Pesquisa. Recife: Observatório da Mídia Regional, 2008.

Outros sites consultados

www.observatoriodaimprensa.com.br

www.direitoacomunicacao.org.br

www.ufpe.br

Recebido em: 20.03.2012 / Aceito em: 04.06.2012

